

PROJETOS E FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

A primeira atividade pública da Adusp com o propósito de ampliar e democratizar a discussão sobre a sucessão do reitor da USP foi a realização de dois debates, dias 12 e 19 de junho, baseados nos temas “Projetos para a Universidade” e “Financiamento da Universidade”. Naquela ocasião as candidaturas dos reitoráveis ainda não estavam colocadas e a entidade convidou nove personalidades que poderiam contribuir com suas análises para o enriquecimento dos temas. Participaram dos debates Gil da Costa Marques, Erney F. Plessmann de Camargo, Jacques Marcovitch, Otaviano Helene, Hélio Nogueira da Cruz, Célio Taniguchi, Isaias Raw, Juarez Rizzieri e Francisco Miraglia. Convidados a escrever para a Revista Adusp, cinco deles encaminharam seus textos até o fechamento da edição.

SUCCESSÃO 97

O “PROJETO” USP DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS

Erney F. Plessmann de Camargo

Tentarei recompor de memória os aspectos principais de minha exposição no debate promovido pela Adusp sobre o Projeto Universidade. Começo por reiterar que a exposição visava a levantar alguns problemas de gestão universitária, sem nenhuma particularização quanto à presente gestão ou qualquer outra passada, além de não cogitar qualquer inserção na sucessão reitoral.

Um “Projeto para a Universidade” talvez não fosse exatamente o que devêssemos discutir naquela oportunidade. A rigor, o “projeto” da USP, formulado há mais de meio século, resultou das expectativas

da elite fundiária paulista com relação à formação de pessoal em áreas de interesse para a sociedade.

Aparentemente, o projeto foi bem sucedido à época.

A sociedade e a universidade mudaram muito desde então. O relacionamento entre as duas pode ter se tornado muito mais complexo, mas ainda permanece entre elas um compromisso que compreende expectativas e obrigações de ambas as partes. Da parte da universidade, as obrigações compreendem a produção de conhecimento (pesquisa) e o repasse desse conhecimento sob as formas de ensino (formação de pessoal) e extensão. Este é, em essência, o “Projeto Universidade” e, mais do que discuti-lo, ca-

be examinar se a USP vem cumprindo adequadamente sua parte neste compromisso. Infelizmente, na minha opinião, não.

Não, sob vários aspectos. Ao lado dos aspectos clássicos e mais acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, a sociedade também espera uma inequívoca participação da universidade na problemática social em geral. Espera ouvir a opinião de seus próceres sobre cada pequeno tema da política e do cotidiano social. Pois bem, a USP tem estado notoriamente ausente do cenário sócio-político nacional. Nos últimos anos o espaço ocupado pela USP nos jornais caiu consideravelmente.

Enclausuramo-nos. Temos nos ocupado excessivamente de questões regimentais. Voltamo-nos para os regimentos, olhamos para o umbigo. Tornamo-nos uma universidade umbilical. Sejam testemunhas as reuniões do Conselho Universitário, consumidas em trivialidades regimentais, raramente se atrevendo a debater temas de significado social ou mesmo universitário mais elevado. (Sequer discutimos o estatuto, conforme recomendava o próprio estatuto).

Esse hermetismo regimentalista, “umbilicalista”, esse descolamento da sociedade, além de contrário ao próprio ethos universitário, pode ter consequências funestas. A universidade pode perder a sociedade como parceira e ganhá-la como adversária, justamente em um momento em que a universidade pública está ameaçada pela curta visão monetarista do neoliberalismo caboclo. Como pública que é, a universidade deveria participar ativamente das coisas públicas. Mas, em vez disso, esgota-se em exercícios de gestão e burocracia. Isola-se. O fechamento dos portões da USP é apenas um dos sintomas da pouca preocupação da USP com seu caráter público, de

sua parca percepção da sociedade como parceira. Outro sintoma é o desinteresse das administrações universitárias em implementar, já há mais de 8 anos, o dispositivo estatutário de criação de um Conselho Consultivo, de membros da comunidade, junto à universidade.

Esse isolacionismo, de origem central, é alastrante. Cada docente passa a se comprometer mais e mais com seus problemas e a ignorar a universidade. Não censuro o docente preocupado com sua ciência ou sua arte. Isto é parte essencial da vida universitária e pode ter até o mérito de aumentar a sua produ-

ção quantitativa. O que censuro é uma universidade sem competência para emular suas melhores cabeças no atendimento de seu compromisso social e que, pelo contrário, promove sua alienação e as deixa sucumbir aos prazeres da “umbilicalização”.

Não adianta o contra-argumento de que a universidade não é responsável pelas atividades públicas de seus docentes e que estes são autônomos e podem

participar do debate social como e quando quiserem. É verdade. De fato a universidade não tutela ou dirige seus docentes. Mas, sem dúvida nenhuma, a universidade cria “climas”. E o clima do momento é o do isolacionismo, da indiferença, do hedonismo.

Esse “descompromisso com o compromisso” social se faz sentir em inúmeros outros aspectos da vida universitária, como no ensino de graduação, por exemplo. As profissões mudaram muito nos últimos 50 anos. A sociedade gerou novas profissões e passou a precisar de cursos com perfis ajustados às novas demandas ao lado da modernização das profissões tradicionais. Infelizmente a USP não respondeu adequadamente a esse desafio. Nos últimos 12 anos apenas um curso conceitualmente novo foi criado. No catálo-

A USP tem estado notoriamente ausente do cenário sócio-político nacional. Nos últimos anos o espaço ocupado pela USP nos jornais caiu consideravelmente. Enclausuramo-nos. Temos nos ocupado excessivamente de questões regimentais. Voltamo-nos para os regimentos, olhamos para o umbigo. Tornamo-nos uma universidade umbilical.

go de qualquer universidade privada podem ser encontrados inúmeros cursos não-tradicionais, absolutamente moldados às necessidades correntes do mercado profissional. As novas diretrizes e bases dão hoje ampla liberdade para a criação de cursos e currículos novos e ainda não nos aproveitamos deste fato. Há 50 anos a USP era a inovação. Hoje corremos o risco de nos tornarmos uma instituição conservadora. Talvez, pior, arcaica. Isto porque também não temos renovado o conteúdo de nossos cursos tradicionais. O currículo programático de alguns tem 20-30 anos de idade. Poucas unidades têm se preocupado em remodelar radicalmente seus currículos e estas merecem elogios. Mas, em geral, as unidades apenas fazem adições de disciplinas novas enquanto disciplinas obsoletas ou o obsoleto nas disciplinas nem sempre é removido, em geral pela resistência de feudos departamentais. Em conseqüência, muitos cursos parecem árvores de Natal, com penduricalhos desconexos. A carga horária, claro, aumenta correspondentemente e quem paga é o aluno, que fica sufocado sob enorme volume de conhecimento absolutamente inútil e aborrecido. Não estranha, portanto, o desinteresse discente de que os docentes se queixam.

Nota-se também considerável timidez de algumas unidades na criação de cursos de atualização ou de extensão profissional, sub-utilizando o potencial da USP de transmissão de conhecimento. Nada impede, no estatuto, que departamentos e unidades ministrem cursos especiais em áreas de sua competência, inclusive pagos, se destinados a profissionais. Se não são proibidos por que não são ministrados? Porque, neste aspecto como em muitos outros, prevalecem a inércia e a indiferença. De novo, sente-se a ausência de um “clima”, uma atmosfera universitária de inovação, renovação e responsabilidade diante de seu compromisso social.

A pesquisa, embora ainda seja o segmento do compromisso social em que a USP é mais eficiente, pode ser ameaçada por nosso isolacionismo em um momento em que, em nível mundial, a difusão do conhecimento e o intercâmbio científico crescem exponencialmente.

Acredito que o clima geral de apatia e indiferença isolacionista resulte, em parte, da excessiva burocracia (geradora de irritação e desalento) e do excessivo centralismo administrativo (paralisante e enfado-

nho). Há algum tempo foi moda falar-se em descentralização na USP, mas acho que muito pouco foi feito nessa direção. As Unidades continuam caudatárias da burocracia central, sem comando de seus orçamentos e de seus destinos. Embora disponham de um orçamento simbolicamente alocado, as unidades não podem, por exemplo, utilizar recursos decorrentes de vacâncias de docentes ou de funcionários para fins de custeio ou inversamente, ou de remanejamento de regimes de trabalho ou cargos. Neste aspecto elas dependem excessivamente da administração central, o que lhes tolhe a iniciativa e o planejamento. Não podem elaborar estratégias de desenvolvimento, de reformulação de seu quadro de pessoal ou de atividades que exijam transposições de itens orçamentários porque não têm autonomia. A autonomia universitária esgotou-se no relacionamento da administração com o governo. Em nenhum momento a autonomia ganhou dimensão acadêmica, com a transferência de responsabilidades e direitos às unidades. As unidades somente poderão ser cobradas em suas responsabilidades, só poderão ser avaliadas, se tiverem autonomia de planejamento e gestão.

Esta tema vincula-se diretamente à decantada avaliação da universidade, implantada há alguns anos e que, na minha opinião, foi mal formulada e mal dirigida desde o princípio e contra a qual me manifestei ainda como pró-reitor.

Em primeiro lugar, a avaliação docente deve ser de responsabilidade de sua unidade. A existência de um órgão central zelador da produção docente pressupõe incapacidade da unidade em fazê-lo e pretende conhecer seus docentes melhor que ela própria. Todos sabemos que a universidade é plural e heterogênea e assim deve ser. Não faz o menor sentido querer avaliar todos seus segmentos pelo mesmo prisma. Corre-se o risco (mais que evidente) de, no processo de avaliação, prevalecerem os valores de uma determinada área do conhecimento em detrimento dos valores das demais áreas. Esse “preconceito” operacional inerente à avaliação tem sido causa de atrito e hostilidade entre docentes e instâncias da universidade e é absolutamente inútil e dispensável.

Em segundo lugar a avaliação, seja de departamentos e mais ainda de docentes, não pode ter como con-

seqüência principal a execração pública do avaliado, como aconteceu no passado. Avaliações devem ter objetivos bem definidos e, na minha opinião, devem ter objetivos construtivos, destinando-se a corrigir defeitos e desvios de rota. Para isto, avaliações devem ser acompanhadas de programas de apoio financeiro para a correção dos desvios e consecução de objetivos maiores. Fora disto, avaliações são vazios exercícios de retórica, exercícios inquisitoriais, cortinas de fumaça escondendo problemas mais fundamentais e, pior que isto, fumaça que pode causar mais dano que ajuda.

Entendo, e insisto nisso há alguns anos, que as unidades é que deveriam ser avaliadas.

A tônica dessa minha apresentação sobre o “Projeto Universidade” tem sido a necessidade de verificarmos se a USP está cumprindo sua parte em seu compromisso com a sociedade. Entendo que, em uma primeira etapa, substituindo o clima de indife-

rença por um clima de responsabilidade participativa, a universidade deva proceder a uma profunda análise de sua atuação em cada setor do conhecimento. As potencialidades da USP estão longe de ser esgotadas. É preciso apenas redescobri-las. As unidades devem se preparar para a criação de cursos novos, destinados a profissões emergentes, e para a redefinição curricular de seus cursos tradicionais. Esse processo de análise e formulação de metas corresponde a uma renovação do Projeto Universidade e dele deve participar toda a USP, docentes, unidades e administração. A sociedade, é óbvio, não pode ficar de fora. Seria o momento oportuno para a implantação do Conselho Consultivo, não como órgão honorífico ou político, mas com representantes autênticos da sociedade, conhecedores da complexa relação universidade/sociedade.

Definidas as metas, assegurados recursos para cumpri-las e garantida a autonomia das unidades no manejo dos recursos, a avaliação passaria a fazer sentido: as unidades seriam simplesmente avaliadas quanto ao cumprimento dessas metas. Definidos os critérios de avaliação, o menor dos problemas seria quem faria a avaliação, já que as metas foram estabelecidas. Reitero que esta avaliação deverá ter seqüências, não de execração pública da unidade ineficiente, mas de encontro de mecanismos e recursos capazes de restaurar sua eficiência. A avaliação docen-

te, agora a cargo das unidades, também passa a fazer sentido e a ter um interesse real para a unidade.

Finalmente um assunto da maior importância, mas sobre o qual, infelizmente por limitação de tempo (e agora espaço), não posso me alongar. Entendo que a questão da aposentadoria dos servidores da universidade precisa

ser enfrentada com absoluta prioridade. É preciso que os receios de alguns setores docentes sejam rapidamente superados e que juntos lutemos por uma solução de interesse comum. Professores e funcionários não podem mais continuar submetidos ao recorrente regime de terror (de origem externa à universidade, é claro) que vêm enfrentando há anos. Em várias oportunidades já me manifestei sobre a necessidade de garantirmos de alguma maneira nossas aposentadorias (criação de um fundo ou de soluções alternativas) que nos protejam dos arbítrios de políticas econômicas sobre as quais não temos nenhum controle.

A avaliação, seja de departamentos e mais ainda de docentes, não pode ter como seqüência principal a execração pública do avaliado, como aconteceu no passado. Avaliações devem ter objetivos bem definidos e, na minha opinião, devem ter objetivos construtivos, destinando-se a corrigir defeitos e desvios de rota. Para isto, avaliações devem ser acompanhadas de programas de apoio financeiro para a correção dos desvios e consecução de objetivos maiores.

Erney F. Plessmann de Camargo é professor do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas e foi Pró-Reitor de Pesquisa da USP.